

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de Brasília Class.: 40

Data: 26 de Novembro de 1988 Pg.: \_\_\_\_\_

# Índio não vota "em branco"

Ana Luzia Silveira

Dizer que índio, ao se meter em política, quer apito, é coisa de chavão próprio de marchinha de carnaval feita para branco pôr penas na cabeça e dançar durante quatro dias. O "apito" que esse povo busca é a sua preservação como gente que, para isso, não poupou votos durante as últimas eleições, colocando em oito Câmaras Municipais nove índios que assumirão o cargo de vereadores: na cidade gaúcha de Miracafé, Bauru, em São Paulo; Águas Belas, em Pernambuco; Aquidauana, Dois Irmãos, Anastácio e Miranda, no Mato Grosso do Sul, e São José do Bang-Bang, em Mato Grosso.

Em quase todos os municípios, o voto do índio foi decisivo, como em Águas Belas, cidade localizada quase que dentro da aldeia, onde vivem cerca de três mil Fulni-ô, que deram a Ailton Santos, do PFL, a garantia de assumir uma cadeira na Câmara de Vereadores. Apesar de 80 por cento do território indígena no Brasil ainda não terem sido demarcados, nesses locais onde os índios já estão eleitos a questão da terra já é um problema superado ou, pelo menos, não chega a causar conflitos que resultem em morte.

Na cidade de Dois Irmãos, por exemplo, Amâncio Terena, da tribo de mesmo nome, conseguiu arrebatrar 140 votos, sendo a grande maioria dada pelos "parentes" da aldeia de Buriti, onde há um mil e 700 índios. Conforme Marcos Terena, articulador da política indígena em Brasília junto à UNI (União das Nações Indígenas), o último incidente ocorrido no lugar foi há seis meses. Hoje a situação está calma, pois o fazendeiro envolvido preferiu levar o caso à justiça.

Ele explica que o fato de nessas localidades a demarcação já não resultar em sangue, não invalida a eleição dos índios. "Depois da luta pela terra, a participação política de direito e de fato passa a ser uma nova etapa", diz, lembrando que nunca, na história deste povo, houve tantos candidatos (52 para ser exato) e, tampouco, um número tão significativo de eleitos.

A maioria se concentra em Mato Grosso do Sul, onde só no município de Aquidauana, dois já estão com os pés dentro da Câmara e um deles assume o mandato pela segunda vez com a certeza de que foi o candidato mais votado da cidade: Lisio Terena,

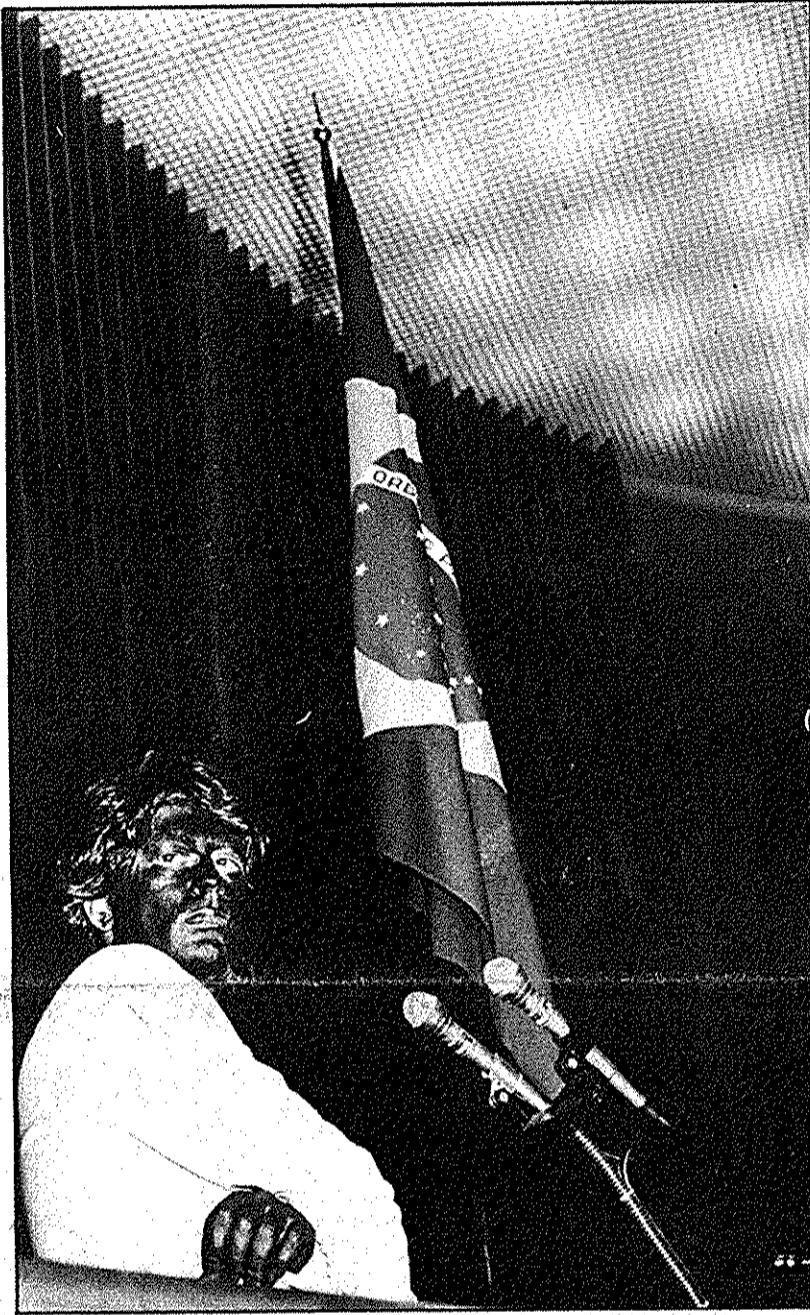
na legenda do PTB, conseguiu 540 votos e Modesto Terena, do PMDB, veio logo em seguida, com 370, sem contar que um outro índio, Miguel Neto, pelo PSDB, também da tribo Terena, já é seu suplente, com 185 votos. Marcos explica que o sucesso dos indígenas naquela cidade se deve ao fato de os três pertencerem à Reserva de Taunay, onde existem cinco aldeias que, juntas, deram mil e 57 votos aos seus representantes, o que corresponde a 15 por cento do eleitorado do município.

Em Anastácio, apesar de não haver reserva nem aldeia, existe um bairro onde só vivem índios (300 famílias no total) e Arildo Terena, do PFL, um dos habitantes do bairro denominado Aldeinha, já está eleito, "não tanto em função dos índios, mas pelos habitantes da cidade em geral", diz Marcos Terena. Já em Miranda, município localizado próximo ao Pantanal, Ariovaldo Terena, da Reserva de Cachoeirinha, onde há três aldeias com três mil índios, o voto destas pessoas consolidou a eleição do candidato. Marcos, porém, conta que nesta localidade, PTB significa o mesmo que UDR, lamentando que, por puro desconhecimento do que significa esta segunda sigla, seus "parentes" irão mesmo trabalhar para ela. "Esses índios não sabem o que significa reforma agrária. Esta questão ainda não chegou lá", diz.

Um outro Terena, só que abrigado na legenda do PMDB, conseguiu se eleger em Bauru, São Paulo. Mário Terena, da Reserva de Araribá, onde existem grupos de sua tribo, além de guaranis e kaingangues, foi o vereador mais votado do município e o voto dos cerca de cinco mil índios da Reserva foi fundamental para o êxito do candidato. Os 172 votos de Kaingangue que vivem na Reserva de São João do Irapuá, em Miracafé, no Rio Grande do Sul, também elegeram Antônio Telles, candidato pelo PFL. Ele denuncia, porém, que os votos dos índios do local, cerca de três mil, dariam para eleger quatro vereadores, mas pelo menos dois candidatos foram prejudicados pela compra dos votos do branco. Conforme explicou, Francisco Ribeiro conseguiu computar apenas 49 votos e Domingos Ribeiro, 76.

Xingu

Mas nem só de participação de índio e de fraude de branco vive um candidato indígena. No Parque do Xingu, em Mato Grosso, mais precisamente no município de São José do Bang-Bang (o nome não representa a realidade atual, pois os conflitos



acabaram há quatro anos). Puiu, índio da tribo Txucarramãe, já é vereador pelo PMDB e graças ao voto do branco. Em São José, cidade pioneira na região, há mil e 500 habitantes que enfrentam muitos problemas de infra-estrutura básica, mas se consideram incapazes de resolver as questões. Os comerciantes do local, então, solicitaram a Megaron, diretor do Parque, e ao cacique Raoni, que indicassem um nome indígena para representá-los na Câmara. O sobrinho do cacique foi indicado e eleito

pois, segundo Marcos Terena, para os brancos o espírito de luta dos Txucarramãe é significativo.

As razões para esta credibilidade são muitas. Em 84, por exemplo, os índios fecharam a estrada que liga Cuiabá a Santarém, passando por São José, exigindo a demarcação das terras. As lutas foram constantes até a reivindicação ser atendida e hoje é justamente um Txucarramãe quem vai lutar pelos problemas do branco na Câmara.

Terena, no entanto, garante que o

objetivo dos articuladores da política indígena no Brasil é fazer com que esses novos líderes realizem um trabalho conjunto com a UNI, para que a partir deste ponto surja um programa de Governo relacionado com as comunidades, a ser apresentado aos presidentiáveis. E espera que em 1990 surjam candidatos em Rondônia, Roraima, no Sul do Pará e na região fronteira do Mato Grosso do Sul, pois são nesses locais que os conflitos de terra ainda causam mortes, quase todas esquecidas por quem prefere não lembrar de fatos que comprometem.

Mas se o branco deixou de lado os crimes, os índios ainda têm guardados na memória os assassinatos que permanecem impunes. A morte de Marçal Guarani, ocorrida há cinco anos (completados ontem), é só um exemplo. O índio, que vivia na Reserva Guarani, no município de Antônio João, no Mato Grosso do Sul (região que faz fronteira com o Paraguai), era uma espécie de líder e em 1980, quando o Papa João Paulo II veio ao Brasil, aproveitou a oportunidade para fazer um pronunciamento em Manaus, em nome dos indígenas brasileiros. Falando sobre o problema da terra e de como isso resultava em crimes contra seu povo, perdeu a vida três anos depois. Ele era enfermeiro e quando na noite de 25 de novembro de 1983 imaginou que fosse atender a um chamado de um doente, recebeu três tiros. O mandante do crime, um fazendeiro da região, nunca foi indiciado e o executor, Rômulo Libério, chegou até a ser, mas conseguiu um habeas corpus que o libertou do julgamento.

E, só para citar outro caso que não deve estar tão apagado da mente das pessoas, vale lembrar o massacre dos 14 Ticuna, ocorrido em março deste ano. O crime, como de costume, continua impune, mas se a justiça do branco anda protelando a apuração do caso, os índios já se encarregaram de promover um julgamento. Ontem, no Largo do São Francisco, onde fica a Faculdade de Direito, em São Paulo, eles simularam uma sessão de Tribunal para julgar os assassinos, madeireiros da região do Alto Solimões, no Amazonas, que entraram em conflito com o povo contra a demarcação da terra.

□ A fotografia de Zuleika de Souza (Agil Fotojornalismo) integra o livro e a exposição "O processo Constituinte 1987-1988" lançados esta semana no Salão Negro do Congresso Nacional, onde a exposição permanece aberta à visitação pública.

## Pinturas e bordunas

Josemar Gonçalves 23.3.88

Lobbies não faltaram nesta Constituinte. Eles surgiam de todos os lados e direções, visando, porém, um objetivo único: que o novo texto constitucional consagrasse os interesses ou direitos dos lobistas que, para isso, não se negaram em participar das primeiras reuniões das subcomissões, das comissões técnicas e até das decisões em Plenário. O esforço concentrado de cada defensor de seus direitos valeu a pena, garante o presidente do Senado, Humberto Lucena, ao se referir, particularmente à contribuição dos índios, um desses lobistas que, em certas ocasiões, não abriram mão do coçar, das pinturas no corpo e nem das bordunas para se mostrarem presentes.

"A participação deles era constante e foi muito significativa, pois revelou avanço na nova Carta no sentido de que agora, o direito à propriedade, à preservação do meio ambiente, entre outros itens, estão disciplinados", declara, acrescentando que antes esses direitos não tinham amparo seguro da Constituição, principalmente no que se refere à questão da terra. "Agora os índios são senhores do que possuem, dificultando a invasão dos grileiros".



Lucena: profissão

Ao mesmo tempo, o senador comenta a eleição dos nove índios às câmaras municipais. Como um veterano político, diz que sendo vereadores, os índios passarão a exercer a cidadania brasileira, lembrando, porém, que falta a eles receberem orientação para que aos poucos, se integrem à vida social do Brasil. "Os indígenas precisam desenvolver um grau de educação para que possam ter uma profissão", aconselha.

E por falar em índios políticos, lamenta que o ex-deputado Mário Juruna tenha sido derrotado nas eleições de 86. "A presença dele dava representatividade à população indígena na Câmara".

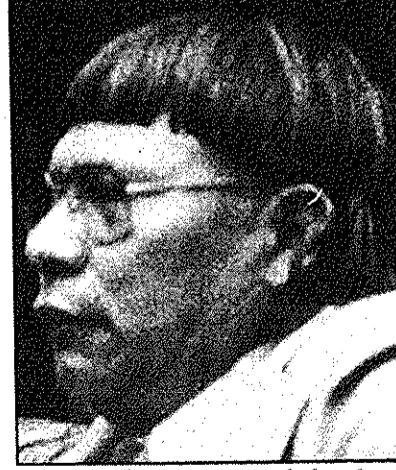
## Ilmo. Sr. Cacique Mario Juruna, o primeiro

Roque de Sá 20.6.85

Ele nasceu há 45 anos no município de Couto Magalhães, em Mato Grosso. Mas como o sarampo, a varicela, a catapora e outras doenças do branco contaminaram 40 mil xavantes, Mário Juruna e os sobreviventes das "pragas" resolveram fugir da cidade e criar a Reserva de São Marcos, em Barra do Garças. Isso foi em 1965, quando o então cacique começou a lutar pela demarcação da área. E, depois de muitas visitas pelos gabinetes das autoridades de Brasília, para que seu objetivo fosse conquistado, descobriu que o homem branco não tinha palavra. Foi aí que Juruna se tornou folclore, passeando de sala em sala munido de um gravador que um amigo de Cuiabá lhe arranhou.

Foi graças a este aparelho inventado pelo branco que a Reserva de São Marcos conta, desde 79, com 180 mil hectares, onde vivem hoje mil e 500 índios, seis deles filhos do cacique, que um dia pretende voltar para lá. Antes, porém, o também ex-deputado eleito em 82 pelo PDT do Rio com 31 mil votos (ele garante que foi roubado pelo branco em 40 mil), ainda tem muita coisa para fazer na cidade, além, é claro, das que já fez. Ficou na Câmara até 86, "onde defendi não só o índio, como os trabalhadores sofredores em geral, pois era a minha responsabilidade como deputado. Não errei em nada, e diz: não a minha consciência limpa".

Mas apesar dos acertos de Juruna, o carioca não o reelegeu em 86 pelo mesmo PDT e ele culpa o Plano Cruzado pela sua derrota nas urnas, onde conseguiu apenas 10 mil e 700



Aprender para se defender

votos, ficando em 32º lugar, sendo que o Rio podia eleger 31 deputados. "Perdi mas não fiquei triste com isso, porque a luta continua". Tanto continua que Mário Juruna garante que vai disputar mais uma vez uma vaga no Plenário da Câmara, novamente pelo PDT de Brizola, mas quem o elegerá, ou não, será o brasileiro.

Para isso, Juruna vai ter que esperar dois anos e enquanto 1990 não chega este índio, que já sofreu humilhação, perseguição e tudo o mais que o branco pode fazer contra um indígena, vai continuar lutando. Diz que ficou contente com a eleição de seus "parentes" a vereadores, "e acho que qualquer índio deve disputar um cargo político. Eu ensinei isso

para a comunidade indígena", garante, lembrando que foi o primeiro a ocupar o Congresso Nacional.

Aproveita, também, para dar alguns conselhos aos novatos: "Índio foi eleito para manter as características de seu povo, para defender seu povo, não importando a que partido ele pertença. Ele deve lutar pelos seus parentes, mas não pode se esquecer do branco, porque não é só índio que tem problema e, se ele foi eleito, recebeu voto de confiança do branco também".

E mais, Juruna acredita que o índio deve muito ao branco, "que é mais sábio e que nos ensinou muita coisa e quero que ele continue ensinando". A malícia e a ganância do branco, por exemplo, devem ser repassadas para seu povo, acredita Juruna, acrescentando que os índios querem aprender essas coisas, mas não para praticar, apenas para se defenderem.

A volta para a Reserva de São Marcos, pelo visto, ainda vai demorar. Juruna quer fazer a sua campanha, mesmo que hoje as suas condições de vida aqui não sejam invejáveis. Atualmente ele mora no Guarã II, com cinco de seus 11 filhos e a mulher. Diz que foi contratado como assessor do Projeto Rondon, "mas só no papel, porque não tenho nem sala para trabalhar". Está à disposição da Câmara, mas garante que seu salário é pago pelo Ministério do Interior "e é uma miséria, qualquer coisa em torno de Cz\$ 100 mil por mês". Lembra, porém, que a luta continua, mesmo longe da aldeia.